



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

JORNALISMO POPULAR E COMUNITÁRIO
Uma análise comparativa da cobertura do Extra e O Cidadão da violência no Complexo da
Maré

Luisa de Carvalho Leite

Rio de Janeiro/RJ
2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

JORNALISMO POPULAR E COMUNITÁRIO
Uma análise comparativa da cobertura do Extra e O Cidadão da violência no Complexo da Maré

Luisa de Carvalho Leite

Monografia de graduação apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr^a Muniz Sodré

Rio de Janeiro/RJ
2014

JORNALISMO POPULAR E COMUNITÁRIO

Uma análise comparativa da cobertura do Extra e O Cidadão no massacre de junho de 2013 no Complexo da Maré

Luisa de Carvalho Leite

Trabalho apresentado à Coordenação de Projetos Experimentais da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo.

Aprovado por:

Prof. Dr. Muniz Sodré – orientador

Prof. Dr. Cristiane Costa

Prof. Dr. Paulo Cesar Castro

Aprovada em:

Grau:

Rio de Janeiro/RJ
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Jornalismo Popular e Comunitário**, elaborada por Luisa de Carvalho Leite.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Muniz Sodré

Pós-Doutor em Antropologia pela Université Paris-Sorbonne

Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Cristiane Costa

Pós-Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Paulo Cesar Castro

Doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação - UFRJ

Departamento de Comunicação - UFRJ

FICHA CATALOGRÁFICA

LEITE, Luisa Jornalismo Popular e Comunitário: Uma análise comparativa da cobertura do Extra e O Cidadão da violência no Complexo da Maré Orientador: Muniz Sodré Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho busca questionar se os segmentos do jornalismo popular e comunitário cumprem com seu papel de transmitir a sociedade informações essenciais para que o indivíduo se torne consciente de decisões políticas e possa exercer seu direito a cidadania. Para fazer tal questionamento, analiso notícias sobre o episódio de violência no complexo de favelas da Maré, quando uma ação realizada por 400 policiais do Batalhão de Operações Especiais terminou com a morte de dez pessoas. Procuro desconstruir a ideia de que existe imparcialidade no jornalismo, demonstrando como uma visão distanciada e preconceituosa de um local marginalizado acaba não questionando uma política de segurança pública desastrosa, influenciando a opinião pública.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	8
2 – INFORMAÇÃO E JUSTIÇA SOCIAL.....	10
2.1 – A Mídia e suas questões éticas.....	12
3 – JORNALISMO POPULAR.....	16
3.1 – Jornalismo Popular: o caso do <i>Extra</i>	19
3.2 – Princípios editoriais do <i>Extra</i>.....	20
4 – COMUNIDADE.....	22
4.1 – Jornalismo comunitário.....	22
4.2 – O Cidadão.....	26
5 – O MASSACRE NA MARÉ.....	29
6 –VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO.....	30
7- VIOLÊNCIA NA MARÉ E SUAS PERSPECTIVAS.....	33
7.1 – Notícias do Extra.....	34
7.2 - Notícias do Cidadão.....	39
7.3 - O Extra e O Cidadão.....	42
8- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
9 – BIBLIOGRAFIA.....	49

1. INTRODUÇÃO

O objeto de investigação deste trabalho são dois segmentos do jornalismo: o jornalismo popular e o jornalismo comunitário na cidade do Rio de Janeiro. Para analisá-los uso jornais que são referência em seus respectivos segmentos: No caso do popular o Extra, de maior circulação no país, e no caso do comunitário O Cidadão.

Esse critério de pesquisa foi escolhido levando em consideração que as dimensões exíguas de uma monografia não permitiriam uma abrangência muito grande. Apesar das limitações, espero que as reflexões aqui realizadas possam se aplicar ao segmentos do jornalismo popular e do jornalismo comunitário de forma geral, contribuindo para a busca de uma imprensa mais plural e imparcial.

O principal interesse é posicionar a mídia em geral como instituição de grande responsabilidade no que diz respeito à capacidade de mudança ou de manutenção social, dependendo de seu posicionamento.

Início o trabalho falando sobre a necessidade da democratização da informação em busca de maior justiça social. Vivemos em um mundo onde existe uma grande desigualdade entre classes sociais. Para tornar a democracia uma democracia forte, ela deve possuir um alto nível de pluralidade, e para isso é necessário que a população seja bem informada, para possuir maior capacidade de participação política e alteração da própria realidade. Nesse contexto, a mídia possui uma grande responsabilidade. Porém, por motivos que desenvolvo em seguida, o jornal, sobretudo o popular, acaba não cumprindo seu papel social.

No capítulo 3, desenvolvo brevemente o conceito e o histórico do segmento do jornalismo popular, a partir do surgimento do *penny press* no Estados Unido, além de apresentar o jornal Extra: suas principais características e seus princípios editoriais.

No capítulo 4, situo brevemente o segmento do jornalismo comunitário desde seu surgimento, no Brasil, na década de 70, em uma época de intensa repressão política de governos ditatoriais que governavam não só o Brasil, mas inúmeras nações em toda a América Latina. Ainda nesse capítulo, apresento o Cidadão, jornal comunitário do Complexo da Maré, conjunto que reúne dezesseis favelas, sendo uma das áreas mais populosas do Rio de Janeiro.

Em seguida, descrevo brevemente os acontecimentos da madrugada do dia 24 de junho de 2013, quando o Batalhão de Operações Especiais do Rio de Janeiro, mais conhecido como Bope, matou nove pessoas durante uma operação policial realizada no local. As notícias sobre esse episódio de violência serão analisadas em seguida, para analisar se os jornais dos diferentes segmentos cumprem o que propõe em seus princípios e agem a favor do bem estar de toda

sociedade. Antes dessa análise, no capítulo 6, apresento alguns conceitos discutidos em artigos do livro *Cidadania e Violência*, organizado por Gilberto Velho. São abordadas questões relativas a outros episódios violentos similares ocorridos no Rio de Janeiro, como a chacina ocorrida na favela de Vigário Geral em 1993 e o massacre de meninos na Igreja da Candelária.

2. INFORMAÇÃO E JUSTIÇA SOCIAL

A democratização da comunicação que visa ampliar os acessos tanto à recepção quanto à emissão de informação é uma questão bastante discutida atualmente. No livro *Discurso e Mudança Social*, Norman Fairclough define o que é democratização do discurso:

“Por 'democratização' do discurso entendo a retirada de desigualdades e assimetrias dos direitos, das obrigações e do prestígio discursivo e linguístico dos grupos de pessoas.” (FAIRCLOUGH: 1992: 249)

O termo *discurso*, amplamente utilizado nos estudos teóricos sobre linguística e comunicação, possui uma pluralidade de significados. Para esse trabalho, considera-se como discurso a expressão, por meio da linguagem, de um conjunto de ideias. Por isso toda comunicação, como a produção jornalística, pode ser considerada discurso.

Antes de se falar em democratização da comunicação é primeiro necessário compreender as diferenças que fazem parte da sociedade em que esta mesma comunicação se estabelece. Vivemos em um mundo onde existe uma grande desigualdade entre classes sociais. E não apenas isso, mas um mundo em que desde o início as minorias são submetidas aos interesses daqueles que detém o poder. É importante destacar que as minorias nem sempre são a parte da sociedade em menor número, mas sim com menor importância social, como mulheres, negros, homossexuais e as classes menos favorecidas, entre outros. Essa desigualdade abrange também o acesso à informação, que é tradicionalmente um privilégio das classes mais altas da sociedade.

Com o estabelecimento da democracia em quase todo o mundo ocidental, evidencia-se, com o decorrer do tempo, seu ponto fraco: em um regime em que a maioria elege seus representantes, as minorias, sem voz política, acabam encontrando dificuldade para lutar por seus direitos, e assim superar suas desigualdades. Por isso considera-se falar sobre níveis de democracia: um governo deve buscar a pluralidade política, atingindo um maior nível de representatividade de uma população. Um maior nível de pluralismo significa também maior nível de democratização política.

Para efetivamente participar do regime democrático, exercer sua cidadania e tornar o cenário político mais plural, um cidadão precisa ser livre para participar ativamente da política. Mas, para isso, é preciso que haja liberdade de informação para tomar consciência das realidades e necessidades de mudança e formação de opinião.

Informação é, historicamente, um precioso bem da humanidade. Até mesmo a própria imprensa tradicional considera importante se estabelecer no mercado como um grande veículo publicando informações bem apuradas ainda não divulgadas – o famoso furo. Historicamente, informação também pode ser o diferencial para conquistar vitória em uma Guerra. Portanto, ela é também essencial para o funcionamento de todos os níveis da sociedade, estando associada ao poder.

Em um regime político e econômico em que existem diferenças sociais existe também restrição do conhecimento a todos, seja essa restrição financeira, política ou cultural. É importante ressaltar que não é de interesse das elites permitir que a classe social mais baixa tenha acesso ao conhecimento e à informação, já que eles podem e são usados para manutenção da ordem social vigente.

Em *O Espírito Comum*, Raquel Paiva explica que, enquanto o Estado permanece ausente da cena pública, sobretudo na cena envolvendo as classes menos favorecidas e as minorias, o grupo social mais abastado encontra-se distanciada do território e liberta do Estado, uma vez que ela possui poder aquisitivo e é responsável pela contratação dos próprios serviços, que são deficientes no poder público: coleta de lixo, segurança, escolas e até o sistema privado de saúde. Para Paiva, na percepção dessa elite há uma alteração no conceito de constituição de riqueza: a nova elite investe muito mais em educação e informação do que em ativos e propriedades. (PAIVA 2003: 116) Como veremos a seguir, isso contribui para consolidação da mesma como detentora e manipuladora de informação.

Nesse contexto, introduzo o conceito de *ideologia* apresentado no livro *Discurso e Mudança Social*. Para Gramsci, ideologia é “uma concepção de mundo que está implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica, e nas manifestações da vida individual e coletiva” (GRAMSCI apud FAIRCLOUGH 1992: 123). Para Fairclough (1992), ideologias são tanto significações como construções de uma realidade. Elas são construídas em vários níveis e dimensões do próprio discurso, e contribuem para a produção e reprodução das relações de dominação social. Por isso há uma grande relação entre discurso, política e ideologia, como Fairclough explica:

A prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder. Assim, a prática política é a categoria superior. Além disso, o discurso como prática política é não apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre a convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta (FAIRCLOUGH 1992: 199)

No mesmo livro também é discutido o conceito de *hegemonia*, também importante para refletir sobre a nossa realidade e a importância da democratização da comunicação para obter uma mudança no cenário de desigualdades. Hegemonia pode ser descrita como uma forma organizacional de poder e sustentação desse poder e status social, ou o poder sobre toda a massa social de uma elite, nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma realidade.

O discurso e a comunicação são um instrumento de sustentação, através de grupos e instituições, de uma ideologia. Para Foucault, o discurso possui um caráter constitutivo, ou seja,

contribui ativamente para a produção, transformação e reprodução dos objetos e sujeitos da vida social. Ele não apenas transmite conceitos, mas participa e constrói sentidos na própria realidade.

Conclui-se que a realidade, ou a 'verdade' nada mais é que um sistema de procedimentos que produz, regulamenta, distribui, circula e opera enunciados, como explica Fairclough:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 1992: 91)

Para Paul Rabinow, “a 'verdade' está vinculada a uma relação circular com os sistemas de poder que a produzem e sustentam e com efeitos de poder os quais ela induz e os quais a estendem. Um 'regime' de verdade.” (RABINOW apud FAIRCLOUGH 1992: 75).

No trabalho de Foucault, afirma-se que o poder é implícito nas práticas sociais cotidianas, distribuídas universalmente nos domínios da vida social. (apud FAIRCLOUGH 1992: 75). Porém, é preciso compreender seus mecanismos. O domínio de classe sobre grupos e indivíduos menos favorecidos para manutenção da realidade e sistema vigentes, ou seja, o poder, não é imposto de cima por agentes coletivos específicos, sobre grupos ou pessoas. Pelo contrário, sua eficácia é garantida porque o poder moderno se desenvolveu de baixo em certas microtécnicas, as quais emergiram em instituições.

Essas técnicas implicam uma relação entre poder e conhecimento na sociedade moderna: por um lado, as técnicas de poder são desenvolvidas na base do conhecimento que é gerado, por exemplo, nas ciências sociais, por outro lado, as técnicas são muito relacionadas ao exercício de poder no processo de aquisição de conhecimento. Foucault cunha o termo biopoder para se referir a essa forma moderna de poder, que emergiu no século XVII (FAIRCLOUGH 1992: 75)

Segundo essa concepção de poder, podemos concluir que discurso, informação e linguagem tem grande importância nos processos sociais modernos. Em um contexto de luta social pela redução das injustiças e das desigualdades, é importante destacar o papel do discurso. “O discurso é não apenas o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é a coisa para qual e pela qual a luta existe, o discurso é o poder a ser tomado” (FOUCAULT apud FAIRCLOUGH 1992:77).

21. Mídia e suas questões éticas

Como foi dito anteriormente, vivemos em um mundo com sérios problemas sociais de desigualdade que precisam ser superados. Nesse contexto, a informação é um bem precioso: ao mesmo tempo ela é um direito e elemento básico para que um indivíduo possa se tornar consciente de sua realidade para lutar por justiça social e também um instrumento usado por instituições para

reproduzir um discurso que funciona como instrumento de manutenção de uma hegemonia. Nesse contexto, a mídia pode ser considerada muito poderosa, uma vez que funciona como instituição que deveria transmitir a toda a população informações essenciais para que o indivíduo se torne consciente de decisões políticas e possa exercer seu direito a cidadania.

O Código de ética dos jornalistas brasileiros, em seu primeiro artigo, afirma que a ética jornalística “tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange seu direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação”¹

Objetividade e imparcialidade são amplamente cobradas nesse meio: o jornalista deve se distanciar dos fatos, não emitindo sua opinião para conseguir espelhar a realidade tal como ela é, com todas as verdades contidas no fato. Porém, a crença de que um jornalista seria capaz de produzir uma matéria objetiva e imparcial, se distanciando dos fatos contradiz a teoria de Foucault de que o discurso possui caráter constitutivo (apud FAIRCLOUGH 1992). Nessa noção, o discurso ativamente constitui e constrói a sociedade, os sujeitos e as formas sociais do 'eu'. O repórter, que trabalha como produtor de enunciados em um discurso, não está alheio a essa relação entre sua realidade vivida e sua linguagem utilizada. O sujeito que emite enunciado é também um sujeito social, e não uma entidade que existe fora do discurso de maneira independente. O repórter constitui uma realidade ao emitir um discurso, e também tem sua realidade e linguagem constituídas pelo mesmo. Pode-se concluir, a partir daí, que as escolhas de linguagem da repórter são diretamente influenciadas por sua realidade e identidade social, tornando coisas como objetividade e imparcialidade ideais inatingíveis.

Os eventos dignos de se tornar notícia se originam de limitado grupo de pessoas que têm o acesso privilegiado à mídia, que são tratadas pelos jornalistas como fontes confiáveis, e cujas vozes são aquelas que são mais largamente representadas no discurso da mídia. (...) pode-se considerar que a mídia de notícias efetiva o trabalho ideológico de transmitir as vozes do poder em uma forma disfarçada e oculta.

Outra questão que afeta o papel da mídia como instituição que tem como base garantir o acesso do cidadão à informação é a comodificação do jornalismo. Para Fairclough (ANO), comodificação é processo pelo qual instituições sociais cujo propósito não seja mercadorias no sentido econômico começam a se organizar e definir seu funcionamento em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias, visando o lucro. Esse processo é comum em setores como das artes e da educação. Teatro, galerias, instituições de ensino passam a ser referidas como “indústrias” destinadas a produzir e vender mercadorias. Assim funciona a mídia tradicional. Grandes grupos de comunicação são controlados por poderosas famílias. Para continuar a circular, um veículo depende de seus rendimentos, sejam eles obtidos pela venda de exemplares ou por anúncios publicitários.

¹ Disponível em www.fenaj.org.br/materia.php?id=1811

Isso afeta a escolha do que se deve ser noticiado. Nos veículos tradicionais, a produção e divulgação de informação é limitada, questiona-se a seleção e abordagem de discurso das informações publicadas. Essas escolhas são frequentemente influenciadas por diversos aspectos, sejam eles influência direta do interesse dos donos dos grandes grupos de comunicação, pela subestimação do repórter sobre a capacidade de compreensão do leitor, no caso dos veículos destinados às classes C e D, ou pela crença de que certas notícias darão mais popularidade que outra, aumentando sua vendagem e também seu lucro. No último caso, a inversão dos critérios de noticiabilidade para vender mais jornais acaba alterando o propósito do jornalismo, que deixa de ser um instrumento de divulgação de informação de interesse público e passa a ser um veículo voltado ao entretenimento. Isso é comum sobretudo nos jornais destinados às classes mais populares, como veremos em seguida.

Ao mesmo tempo, a divulgação da informação por esses grandes veículos acaba servindo como forma de validação da informação como algo real e concreto. Por isso essa inversão dos critérios do valor de uma notícia pode ser especialmente danosa para toda a sociedade. Sobre a questão, o autor Bertrand Russel fala:

A mentira e a verdade são igualmente fáceis de imprimir e difundir. De pouco serve a um homem saber ler, se o material posto à sua frente deve ser aceito sem questionamento. Na nossa época, este problema se tornou mais agudo porque a imprensa já não é mais o único meio poderoso de comunicação de massa. Desde a invenção da televisão ficou cada vez mais importante exercer essa eterna vigilância, sem a qual a liberdade em geral começa a definhir. (RUSSELL, 2012: 14)

A escolha de quais das inúmeras informações publicar afeta a credibilidade do jornalismo. Afinal, o espaço físico não pode contemplar toda a realidade diária de uma cidade. Com a comodificação os critérios de valor da notícia acabam sendo invertidos. Sobre o assunto, Bordieu afirma:

Omitir, às vezes, é pior que mentir. Sua missão deve ser informar com isenção e não decidir o que deve ou não ser divulgado. O mundo jornalístico é um mundo dividido, cheio de conflitos, competição, e rivalidades. [...] Os produtos jornalísticos são muito mais parecidos do que geralmente se pensa. As diferenças mais óbvias, nomeadamente as tendências políticas dos jornais [...] escondem profundas similaridades. (BOURDIEU, 1998: 13)

Assim, é possível entender que a completa isenção da imprensa, ou de qualquer emissor de informação é uma utopia, assim como sua função social de garantidora do acesso à informação isenta. Sobre o assunto, o jurista Dalmo Dallari escreveu:

A Constituição proclama e garante a liberdade de imprensa como direito fundamental. Esse direito e essa garantia não são outorgados como um favor ou um privilégio aos proprietários dos veículos de comunicação de massa, mas têm sua justificativa precisamente no caráter de serviço público relevante, da imprensa. Mas

dos mesmos fundamentos que justificam o direito e a garantia de liberdade decorre o dever de informar honestamente, e com imparcialidade, sem distorções e também sem omissões maliciosas, sem a ocultação deliberada de informações que possam influir sobre a formação da opinião pública. (DALLARI, 2006)

A professora Alba Zaluar, na palestra sobre “A globalização do crime e os limites da explicação local” defende, “chegou a hora de começar a discutir nossas relações com a mídia” (ZALUAR, 1996: 51). Zaluar afirma que a mídia narra os fatos de forma apressada e que os resultados das experiências são apresentados de forma pasteurizada, mutilada, quase irreconhecível para o grande público.

Em Sobre ética e imprensa, Eugênio Bucci afirma que, para discutir uma melhora nos meios de comunicação, deve haver interesse não apenas do jornalista, mas também dos donos dos grandes grupos de comunicação, para se preocupar em obter uma imprensa de qualidade preocupada em atender ao cidadão. Segundo Bucci, a imprensa deve garantir aos indivíduos o direito básico à informação. É fundamental para o regime democrático e a defesa dos direitos humanos que o direito à informação seja garantido para que a liberdade de expressão seja respeitada.

Jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão dedicados ao jornalismo, assim como os sites informativos na internet, nada disso deve existir com a simples finalidade de gerar empregos, fortunas e erguer impérios da mídia; deve existir porque os cidadãos têm o direito à informação. (...) Sem que esse direito seja atendido, a democracia não funciona, uma vez que o debate público pelo qual se formam as opiniões entre os cidadãos se torna um debate viciado. Por isso a imprensa precisa ser forte, independente e atuante. É verdade que a atividade jornalística se converteu num mercado, mas, atenção, esse mercado é consequência, e não o fundamento da razão de ser da imprensa. (BUCCI 1993: 33)

Portanto, democracia e justiça social dependem de uma imprensa ética, independente e mais democratizada. Para ser usada a favor, e não contra a cidadania, a imprensa deve se preocupar com a responsabilidade do discurso da notícia divulgada. Porém, ao funcionar na lógica de uma empresa, os veículos acabam se comportando da maneira inversa.

3. JORNALISMO POPULAR

Os objetos de estudo desse trabalho acadêmico são dois exemplos de segmentos diferentes do jornalismo: o comunitário e o popular. Apesar das grandes diferenças dos segmentos, que serão discutidas nesse trabalho, uma característica é comum aos dois: o direcionamento da notícia para as classes C, D e E. Para compreender suas características e diferenças, é fundamental compreender também a história por trás deles, além de avaliar o que torna os jornais populares e os jornais comunitários diferentes dos convencionais e diferentes entre si, como a linguagem coloquial e os critérios de noticiabilidade.

Durante a 4ª Conferência ICA América Latina realizada em 2014, os professores da Universidade de Brasília Luiz Martins da Silva e Fernando Oliveira Paulino publicaram o artigo *Jornalismo de centavos, sensacionalismo e cidadania*, que reflete sobre o crescimento do jornalismo popular no Brasil, que seria similar ao jornalismo sensacionalista dos anos 1830 conhecido como *penny press* ou *yellow press*, ou, no Brasil, como *imprensa marrom*. O estudo questiona se o jornalismo popular pode oferecer mais que apenas um jornalismo de entretenimento, prestando serviço ao leitor.

O *penny press* surgiu nos Estados Unidos para atender a grande demanda da classe trabalhadora. Com poder financeiro no mercado suficiente para não de nenhum partido político, essas publicações se opunham a “grande imprensa” na época, que dependiam muito de partidos políticos. Essa nova imprensa era barata e acessível, e tinha a característica de difundir notícias curtas, simples e de interesse geral, ao contrário das notícias políticas com alto caráter ideológico. O professor Jorge Pedro Souza afirma sobre a *penny press*:

A imprensa noticiosa tem raízes na primeira geração da imprensa popular que desponta nos Estados Unidos nos anos vinte e trinta do século XIX e na imprensa de negócios que floresce a partir do século XVIII. Essa primeira vaga de jornalismo predominantemente noticioso (*penny press*) vai-se impor ao jornalismo predominantemente opinativo (*party press*) até ao final do século XIX, motivada, entre outros factores, pelo aumento da informação circulante devido à generalização do telégrafo e à melhoria dos transportes e das vias de comunicação. Em Portugal, a fundação do *Diário de Notícias*, no fim de 1864, assinala precisamente essa viragem noticiosa do jornalismo. (SOUZA apud SILVA & PAULINO, 2014) ²

Na época, esse tipo de jornalismo ficou marcado de maneira pejorativa, uma vez que o texto

² Disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed796_jornalismo_de_centavos_sensacionalismo_e_cidadania. Acesso em 11/05/2014.

destinado a classe trabalhadora, com abordagens diferentes da grande imprensa, seria sinônimo de jornalismo sem qualidade. Havia uma grande distinção entre a “cultura de elite” e a “cultura de massa”, e um entendimento que a classe trabalhadora pertencia a uma massa desprovida de subjetividade e, portanto, incapaz de produzir cultura, como exemplificado em *A Dialética do Esclarecimento*:

Sob o poder do monopólio, toda cultura de massas é idêntica, e seu esqueleto, a ossatura conceitual fabricada por aquele, começa a se delinear. Os dirigentes não estão mais sequer muito interessados em encobri-lo, seu poder se fortalece quanto mais brutalmente ele se confessa de público. O cinema e o rádio não precisam mais se apresentar como arte. A verdade de que não passam de um negócio, eles a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositadamente produzem. (ADORNO & HORKHEIMER, 1969: 57)

Uma característica do jornalismo popular americano surgido em 1830 é a dependência da venda de exemplares para obtenção de recursos financeiros, criando a necessidade de conquistar muitos leitores. Para aumentar a venda de jornais, a imprensa na época, e até os dias de hoje acabou se moldando de forma que noticiava fatos de maneira sensacionalista, exagerada, de forma que a notícia adquire um caráter de entretenimento, e muitas vezes acaba explorando a violência. Os jornais populares, com o passar do tempo, acabam por se tornar homogêneos. (TRAQUINA, apud SILVA & PAULINO, 2005), com conteúdos que abordam notícias sobre fatos cotidianos próximos ao leitor, crimes, catástrofes, e outros eventos. Muitas vezes esse conteúdo não se adequa a uma editoria especializada específica como é mais comum nos chamados jornais de referência destinados às classes A e B. Outras características desse tipo de veículo, segundo Traquina, é o preço baixo, público de massa, e linguagem simples e acessível.

Em seu livro *Jornalismo Popular*, Marcia Amaral afirma que no Brasil, o crescimento do jornalismo popular ganhou um grande fôlego a partir de 1996. O período coincide com o controle da hiperinflação após o plano Real, aumento de poder de comprar geral da população brasileira e redução das taxas de analfabetismo no país no final da década de 90. Após a estabilização econômica do país, o segmento do jornalismo popular aumentou bastante. Em 2005 dos oito jornais de maior circulação no Brasil, três eram voltados ao público das classes C, D e E: o *Extra* e *O Dia*, no Rio de Janeiro, e o *Diário Gaúcho*, no Rio Grande do Sul.

Para Silva e Paulino, a “fórmula básica” do jornalismo popular americano de 1830 se mantém parcialmente até hoje, mas com muitas mudanças. Há uma ampla cobertura de esportes, telenovelas, e matérias sobre celebridades. Cresceu também, com o tempo, o espaço nos jornais populares destinados a matérias de serviço, como finanças pessoais, empregos, concursos.

Outra mudança é a incorporação de novos valores e compromissos da atividade jornalística,

zelando pela hipótese de que o jornalismo e a imprensa livre fazem parte da configuração básica da sociedade democrática, como uma instituição que auxilia o cidadão e a cidadania

Mesmo em veículos que não explicitem ter abraçado como missão o seu compromisso com o cidadão e com a cidadania, a inserção constante de matérias de serviço e de utilidade pública funciona como uma forma de legitimação de um novo paradigma, aquele que se edificou como um movimento (e não propriamente um gênero) por parte de organizações jornalísticas do mundo inteiro, ou seja, o *civic journalism* (ou *public journalism*). E no Brasil, embora a ideia do “jornalismo público” não esteja associada a projetos específicos e financiados, como ocorreu e ainda ocorre nos Estados Unidos, também existe uma consciência cívica quanto ao vínculo dos veículos de imprensa com o cidadão e com o público. Emissoras de rádio e TV ligadas direta ou indiretamente ao Estado fazem questão de se identificarem como praticantes da “comunicação pública” e do “jornalismo público” como traço distintivo de outras qualificações: privado e governamental. Por sua vez, as redes que fazem parte do sistema privado de radiodifusão demonstram permanentemente em suas chamadas e vinhetas a convicção de que estão a serviço do público, como o faz a Rede Globo, com slogans do tipo: “Cidadania você vê aqui” e “Solidariedade você vê aqui”. Registra-se, assim, um movimento cruzado: os veículos de comunicação direta ou indiretamente ligados aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário lembrando que são públicos (e não propriamente estatais ou governamentais) e os veículos privados lembrando que são privados, porém públicos (na sua missão e na utilidade pública dos seus serviços). (SILVA & PAULINO, 2014³)

Com essas mudanças, Luiz Martins da Silva e Fernando Oliveira Paulino questionam se houve um aperfeiçoamento do jornalismo popular, assumindo compromissos com a sociedade. De modo que, parcialmente algumas notícias adquiram elementos de utilidade pública virando matérias de serviço. Márcia Amaral explica o funcionamento dos jornais populares atualmente:

Os jornais destinados às classes B, C, D e E integram um novo mercado a ser analisado, caracterizado por um público que não quer apenas histórias incríveis e inverossímeis, mas compra jornais em busca também de prestação de serviço e entretenimento. Os veículos usam como estratégia de sedução do público leitor a cobertura da inoperância do poder público, da vida das celebridades e do cotidiano das pessoas do povo. Os assuntos que interessam são prioritariamente os que mexem de imediato com a vida da população. Na pauta, o atendimento do SUS e do INSS, a segurança pública, o mercado de trabalho, o futebol e a televisão. (AMARAL, 2006:9)

Para Amaral, é importante ressaltar que, nesse caso, o “popular” não tem um sentido de contra-hegemônico, apenas identifica uma proximidade e empatia com o público-alvo de classes menos favorecidas. Segundo a autora, uma característica marcante do jornalismo popular é o sensacionalismo. Muitas vezes, o termo é ligado aos jornais que dão destaque às notícias de caráter

³ Disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed796_jornalismo_de_centavos_sensacionalismo_e_cidadania. Acesso em 11/05/2014.

violento. Para, ela, porém ele pode ocorrer de diversas maneiras.

Em *O Capital da Notícia*, o professor Ciro Marcondes Filho, o sensacionalismo transforma informação em lazer, contrapondo a notícia à questões sociais como a desigualdade e a opressão. Para Marcondes, o sensacionalismo é um grau de mercantilização da informação.

As notícias da imprensa sensacionalista sentimentalizam as questões sociais, criam penalização no lugar de descontentamento e constituem-se num mecanismo reducionista que particulariza os fenômenos sociais. Em geral, o sensacionalismo está ligado ao exagero, à intensificação, valorização da emoção, à exploração do extraordinário, à valorização de conteúdos descontextualizados, à troca do essencial pelo supérfluo ou pitoresco e inversão do conteúdo pela forma. (AMARAL, 2006:21)

Um desafio para os jornais populares é a produção de notícia de forma simples e clara para seu público-alvo. Amaral lembra que “escrever em uma linguagem simples e clara não significa produzir um texto pobre.” Um desafio do popular é a produção de notícia não pensando apenas nas expectativas do leitor, mas também com riqueza de informações, pois o jornalismo trata, acima de tudo, do interesse público e não mercadológico.

Porém, sob ótica de mercado, o jornalismo popular com é feito hoje, misturando serviço e entretenimento, cumpre com o seu objetivo de aumento de vendas. Nessa lógica, o jornal popular, diferentemente dos segmentos comunitários, não se atribui o dever de “educar” a população.

3.1 Jornalismo Popular: o caso do *Extra*

O jornalismo popular dos anos 1990 e 2000 possui uma série de características em comum. O formato de leitura é mais simples, sendo frequentemente utilizado o formato de tablóide, e o preço é acessível. A linguagem utilizada nesses jornais é diferente dos demais jornais. Apesar de continuar obedecer às normas da língua, a linguagem é mais simples, com uso de gírias, trocadilhos e brincadeiras de linguagem que tendem a aproximar o leitor da realidade mostrada.

Um exemplo dessas “brincadeiras de linguagem” é a matéria principal do site do jornal *O Extra*, no dia 14 de maio de 2013⁴. Para relatar que, durante uma comemoração de um campeonato de futebol local, foram disparados tiros de fuzil em uma tarde na comunidade Vila Aliança, em Bangu, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, o *Extra* usou uma chamada que dizia “Copa de traficantes em favela do Rio tem rajada de fuzis”.

Para este trabalho acadêmico, foi escolhido utilizar para análise de caso o jornal *Extra*, por

⁴ Disponível em <http://extra.globo.com/casos-de-policia/bandidos-disparam-fuzis-em-comemoracao-durante-torneio-amador-de-futebol-em-comunidade-do-rio-assista-12479648.html#ixzz31kGF84LC>. Acesso em 14/05/2014

ser a publicação do segmento com maior número de tiragens, chegando a liderar o ranking nacional aos domingos. Para entender o perfil da publicação, é bom conhecer um pouco de sua história.

O *Extra* foi lançado em abril de 1998 pela Infoglobo, adotando um modelo semelhante ao jornal *O Dia*, tradicional jornal popular do Rio de Janeiro fundado em 1951. O *Extra* utilizava duas estratégias para conquistar o público. A primeira era o preço. Enquanto *O Dia* custava R\$ 0,40, o *Extra* era vendido por R\$0,25. Outra estratégia era o uso de brindes para fidelizar o leitor, que eram oferecidos para quem juntava os selos que saíam no jornal diariamente. O jornal também conta com a estrutura da Infoglobo e dos sistemas *Globo* de rádio e televisão. Bruno Thys, diretor de redação e editor do jornal, afirma que a principal receita do jornal ainda é a circulação, tendo uma grande margem de crescimento na área comercial e de anúncios (AMARAL, 2006: 23) Essa característica incentiva o uso de chamadas sensacionalistas e reducionistas, como dito no último capítulo.

Frequentemente no ranking dos jornais de maior circulação do país, o *Extra* possui 2.378.000 leitoras, vendendo uma média de 180.296 exemplares nos dias úteis e 347.366 exemplares aos domingos. Sobre o perfil dos leitores, 4% são da classe A, 47% da classe B, 45% da classe C, e apenas 4% das classes D e E. Nota-se que, apesar de ser um jornal definido como popular, uma 92% dos leitores são da classe B e C, tendo uma abrangência muito pequena entre as classes D e E.

Para o IBGE, são considerados da classe A indivíduos com renda mensal acima de 15 salários mínimos, classe B, renda de 5 a 15 salários mínimos, classe C renda de 3 a 5 salários mínimos, classe E, renda de 1 a 3 salários mínimos, e classe E renda mensal até 1 salário mínimo. Outra característica do leitor do *Extra* é inserção no mercado de consumo. Segundo pesquisa da Infoglobo⁵ 53% dos leitores do jornal costumam fazer compras em shopping centers, 52% possuem conta bancária e 37% têm cartão de crédito. A grande maioria dos leitores também possui telefone celular (90%) e a maioria possui casa ou apartamento próprio (79%). Outra característica do leitor do *Extra* é um moderado acesso à educação, com 19% dos leitores tendo frequentado a faculdade. 49% deles se formaram no ensino médio e 32% têm ensino fundamental completo.

3.2 Princípios Editoriais do *Extra*

O jornal *Extra* afirma seguir os mesmos princípios editoriais das Organizações Globo, reeditadas em agosto de 2001 por Roberto Irineu Marinho, João Roberto Marinho e José Roberto Marinho. Em carta, o conglomerado define jornalismo da seguinte forma:

De todas as definições possíveis de jornalismo, a que as Organizações Globo adotam

⁵Disponível em www.infoglobo.com.br. Acesso em 11/03/2014.

é esta: jornalismo é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas. Qualquer fato e qualquer pessoa: uma crise política grave, decisões governamentais com grande impacto na sociedade, uma guerra, uma descoberta científica, um desastre ambiental, mas também a narrativa de um atropelamento numa esquina movimentada, o surgimento de um buraco na rua, a descrição de um assalto à loja da esquina, um casamento real na Europa, as novas regras para a declaração do Imposto de Renda ou mesmo a biografia das celebridades instantâneas. O jornalismo é aquela atividade que permite um primeiro conhecimento de todos esses fenômenos. É, portanto, uma forma de apreensão da realidade.⁶

Os princípios editoriais das Organizações Globo atribuem três características ao jornalismo de qualidade: isenção, correção e agilidade. Como discutido no segundo capítulo, completa isenção jornalística é um ideal inatingível.

O jornal Extra tem como princípio fazer um jornalismo com esses mesmos fundamentos dos jornais destinados às classes A e B, chamados jornais de referência, como O Globo, porém com uma linguagem mais simples e didática. Mas na prática, nota-se uma grande diferença, sobretudo nos critérios de noticiabilidade. A cobertura do jornal traz muito mais destaque à cobertura de esporte, polícia, lazer, fofoca e serviço que os outros jornais da casa. A cobertura de política é feita quando ela interfere diretamente na rotina do leitor, não abordando, por exemplo, assuntos do congresso nacional.

Há pouco espaço para a cobertura de notícias internacionais, e quando esta é feita, usa-se muitas associações para tornar a matéria mais didática (AMARAL, 2006: 25). Outra característica fundamental do jornal é a o grande nível de interatividade com o leitor, desde a consulta para sugestão de pautas até página Carta Branca, que contém amplo espaço para divulgação de cartas dos leitores. A página traz frequentemente contribuições do leitor com fotografias de problemas nos bairros.

⁶Disponível em <http://extra.globo.com/principios-editoriais/>. Acesso em 16/03/2014.

4. COMUNIDADE

Para falar sobre jornalismo comunitário, é preciso primeiro elaborar o conceito de comunidade. Para Raquel Paiva, falar em comunidade traz a necessidade pensar sobre que tipo de bens o grupo se dispõe a compartilhar. Dentre as produções que o indivíduo partilha com o outro na comunidade está à linguagem. “A língua compõe um conjunto de signos que os sujeitos duma localidade se dispõem a partilhar, como forma básica de repartir suas experiências e suas produções”. (PAIVA, 2003: 91).

Para definir comunidade, Tonnies elege as relações de vizinhança, a casa, o comércio, o dinheiro, as relações de trabalho, os costumes e a vontade humana. “A vida em comunidade consiste na posse e prazer mútuos, assim como na posse do gozo dos bens comuns, (...) bens comuns, males comuns: amigos comuns, comuns inimigos” (TONNIES, apud PAIVA, 2003: 94).

O modelo de comunidade está necessariamente relacionado a território e a casa é a sede e o corpo da comunidade, sendo a família o núcleo fundamental da comunidade, de onde partem as bases da vida comum. “O vizinho é o típico prestador de socorro, e a vizinhança, por isso, é portadora da fraternidade, no sentido mesmo de sentimentalismo ético-econômico” (WEBER, apud PAIVA, 2003: 95).

Uma relação social deve ser definida como comunidade se, na disposição do agir social, apoia-se – em um único aspecto, em alguma medida ou de maneira geral – sobre um sentimento comum de pertencimento (afetivo ou tradicional) dos indivíduos que a ela pertencem. (WEBER, apud PAIVA, 2003: 98).

O não pertencimento diz respeito àquele que não faz parte do grupo, que não é um dos nossos.

4.1 JORNALISMO COMUNITÁRIO

Em trabalho apresentado no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação em 2006, Cicilia Peruzzo afirma que o termo “comunitário” tem sido usado para identificar diferentes processos de comunicação, havendo uma necessidade de reelaborar o conceito.

A comunicação popular foi também denominada de alternativa, participativa, horizontal, comunitária e dialógica, dependendo do lugar social e do tipo de prática em questão. Porém, o sentido político é o mesmo, ou seja, o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política. No entanto, desde o final do século passado passou-se a empregar mais sistematicamente, no Brasil, a expressão comunicação comunitária para designar este mesmo tipo de comunicação e também outras expressões similares. (Peruzzo, 2006⁷)

Para Peruzzo, como a comunicação comunitária possui características em comum com a

⁷Disponível em: <http://www.unifra.br/professores/rosana/Cicilia+Peruzzo+.pdf>. Acesso em: 13/04/2014

comunicação popular, muitas vezes os conceitos se confundem. Além do mais, a imprensa tradicional também acabou utilizando o termo para se referir as suas próprias produções. Porém, as notícias “comunitárias” da mídia tradicional, ao se apropriar de demandas sociais, acaba tornando vazia a fala da própria comunidade. Essa comunicação não é elaborada pelo povo, mas para ele, e usa a linguagem como estratégia de identificação para consolidar a marca, um produto de comunicação, e não com o interesse de promover um discurso daquela sociedade, na qual a mídia não está inserida. Por isso, esse tipo de comunicação não pode ser considerada comunitária.

Ainda existem confusões em termos de definição do termo comunicação comunitária. Frequentemente entende-se como comunitária comunicações realizadas de maneira popular, alternativa à mídia tradicional, horizontal e participativa. Para melhor compreender o que é comunicação comunitária, é preciso também entender como esse conceito surgiu e se transformou.

A comunicação comunitária e seus conceitos surgiram, no Brasil, na década de 70, em uma época de intensa repressão política de governos ditatoriais que governavam não só o Brasil, mas inúmeras nações em toda a América Latina. O alto nível de politização era uma característica marcante:

Nos anos 70 e 80 no Brasil, surge conceitualmente a comunicação comunitária. Período de forte repressão no país que vivia uma ditadura militar, esta forma de comunicar serviu como expressão de movimentos sociais e populares, que lutavam por melhores condições de vida, pela transformação de um contexto marcado por extrema exclusão social, pela conquista da liberdade e instauração de uma democracia no país. E foi por esta característica contestatória, combativa e de reivindicação política, que a comunicação comunitária era costumeiramente entendida como sinônimo de comunicação popular, sendo assim também compreendida como alternativa, horizontal e dialógica. (MEDEIROS, 2013)

A partir dos anos 90, as grandes mudanças na política, economia e sociedade brasileiras, passamos a ter mais espaço nesse tipo de comunicação para assuntos mais variados, como educação, cultura, entretenimento e prestação de serviços. (PERUZZO, 2006)

Um exemplo é a matéria publicada no dia 11 de abril de 2013. Feita pela repórter Thaís Cavalcante e intitulada “A Comlurb falando para a Maré”⁸, o técnico da Comlurb identificado como Pedro fala sobre a coleta de lixo, um problema que algumas comunidades do Rio de Janeiro enfrentam. Na entrevista, Pedro conta como é feita a coleta de lixo na comunidade, com 7 caminhões e 6 compactadores, afirmando que as vias de acesso na comunidade são estreitas que não dão espaço para o recolhimento adequado.

Porém, há uma necessidade de retomada do caráter político da comunicação comunitária,

⁸ Disponível em: <http://ocidadaonline.blogspot.com.br/2013/09/a-comlurb-falando-para-mare.html>. Acesso em 12/04/2014

uma vez que a mesma permite que integrantes de uma comunidade se tornem participantes de processos que possam possibilitar um desenvolvimento humano da comunidade e sociedade em geral, como explica Peruzzo:

em todo o país ainda constata-se a ignorância sobre a própria condição que leva à opressão humana, sendo perceptível também o medo de reivindicar. Porém, essa realidade não é intransponível, visto que tanto nos centros urbanos como no meio rural as contradições também motivam o despertar da consciência de se ter direitos; direito a vida digna, a usufruir de serviços públicos de qualidade, à terra e assim por diante. Essa mudança representa a passagem do estado de medo que leva, quanto muito, a ação de pedir, para a de exigir, momento em que há consciência dos direitos humanos por cidadania. (PERUZZO, 2012: 8)

Para Peruzzo (2012), os meios de comunicação devem beneficiar a ampliação da cidadania, que é construída pelos próprios cidadãos, em interação com forças da sociedade. Nessa concepção, esse tipo de comunicação precisa da participação ativa da população, não apenas difundindo conteúdos, mas os produzindo. “A sociedade desenvolve linguagens, como a escrita, a sonora, a audiovisual e hoje a digital, que pertencem a todos, como direito. Por que a tendência de tratar a comunicação como coisa de especialistas? A comunicação comunitária é espaço privilegiado para se romper com esse tipo de visão.” (PERUZZO, 2012: 8)

Mário Kaplún afirma que tradicionalmente a comunicação chamada “alternativa” é libertadora, uma vez que tem o povo como produtor e também como protagonista da notícia. (KAPULN, apud PERUZZO). Outro aspecto desse tipo de comunicação é o caráter educativo: ela busca a reflexão e consciência de uma realidade.

Para este trabalho, considero o conceito de comunicação comunitária aquela que são utilizada como canais de expressão de uma comunidade, usada por indivíduos para expressar não interesse comuns, mas também necessidades, de maneira que reste serviço ao cidadão, como explica Peruzzo:

No seu mais elevado grau, é feita de segmentos organizados das classes subalternas; pertence à comunidade; não tem fins lucrativos; é participativa, pois segmentos da comunidade são os protagonistas principais; é orgânica à realidade local; comprometida com os interesses dos segmentos subalternos e os ajuda na sua agenda de mobilização. Desde suas origens em *communicare*, comunicação significa por em comum, partilhar, e a comunicação comunitária pode concretizar essa dimensão uma vez assumida com finalidades coletivas. Ela se expressa de diferentes formas: interpessoal, grupal e aquelas mediadas por instrumentos tecnológicos. Evidentemente não falamos apenas de meios de comunicação. Interessa o contexto. O meio é um canal, mas a comunicação diz respeito a processos mais amplos que se imbricam com o exercício da cidadania, nas dimensões civil, política e social, mas também cultural e comunicacional. (PERUZZO, 2012: 12)

Esse tipo de comunicação é baseado em princípios públicos, não tendo fins lucrativos e

possuindo uma íntima conexão e participação com a população local, emitindo notícias com uma preocupação cidadã. Por contas dessas características, a comunicação comunitária tem um alto nível de comprometimento político, já que possui o poder de conectar e organizar uma comunidade. Através dele, a comunidade ganha força política, poder de barganha e impacto social(MARCONDES *apud* PAIVA, 2003:136).

A comunicação popular surge quando os marginalizados desistem de tentar se comunicar através da hierarquia das elites intermediárias. Isso possibilita a criação de um sistema de comunicação horizontal. O veículo comunitário funciona como uma resposta prática às necessidades que tem a comunidade de reconhecer seus próprios problemas. Outra razão para sua criação é o fato de poder produzir um discurso próprio, evitando assim os filtros intermediários (PAIVA, 2003:146).

Em *O Espírito Comum*, Raquel Paiva afirma que as populações, para resolver os mais corriqueiros problemas das comunidades devido ao afastamento do Estado e em decorrência a dificuldade de recursos para financiamento de serviços, enfrentam grandes desafios.

A debilidade do poder público produz um sentimento de abandono, mas também permite a entrada de outros setores, inclusive marginalizados, como ocorre com a contravenção nas escolas de samba no Rio de Janeiro e a presença do tráfico nas comunidades. O que se deseja é que Estado cumpra minimamente a sua função de gestor do bem comum e que possa atuar como mediador, fortalecendo instituições e organismos responsáveis pela produção de maior integração social e melhoria das condições de existência.

O próprio sentimento de abandono e ausência do Estado cria a necessidade do moradores, em uma comunidade, para atender demandas sociais. Isso cria um vínculo mais estreito entre eles e permite até a divulgação de propostas e reivindicações. O uso da Internet pode contribuir de maneira substancial e permitir uma maior interatividade, com reduzido investimento na produção de mensagens tanto para o público externo como para o interno.

No dia 28 de abril de 2014, o jornal O Globo do Rio de Janeiro publicou uma entrevista com Renê Silva, do *Voz da Comunidade*, o jornal comunitário do Complexo do Alemão. Nessa entrevista Renê menciona que o jornal Voz da Comunidade “continua bombando, especialmente na internet, que virou um canal poderoso para resolver problemas da comunidade e que o jornal impresso parou de circular por causa do processo demorado de edição e impressão”. Renê conclui a entrevista afirmando que quer expandir a ideia do jornal Voz da Comunidade e transmitir aos jovens a certeza de que temos o poder de transformar nossa realidade.

Por isso, a característica mais básica de um veículo dito comunitário é exatamente o poder de transformação de uma realidade: sua proposta social, não apenas como prestação de serviço, mas

como promotor de mobilização, cidadania e identidade. Um jornal comunitário, ao contrário do popular, não está inserido em uma lógica de mercado, e por isso possui autonomia para produzir matérias que promovam a cidadania, levando educação e cultura ao povo, ao invés de apenas entretenimento.

Como afirmado por Paiva, o surgimento do jornalismo comunitário é uma resposta da própria sociedade, que não se identifica com o discurso midiático tradicional. No dia 17 de agosto de 2013, foi publicada, no *Cidadão Online*, a matéria “A favela é a cidade. A cidade é a favela”. Escrita por Rociclei da Silva, ela fala da própria necessidade do morador de um meio de comunicação comunitário que não construa realidades preconceituosas e estereotipadas em relação aos moradores da favela:

A grande imprensa sempre reforçou, aos longos de décadas, preconceitos e estereótipos em relação às comunidades pobres construindo a imagem de lugar marginal. Na mídia hegemônica, favela é sinônimo de inferno e pobreza significa ausência de cultura. Então denegrir a imagem não é o bastante, é preciso impor modelos, ditar regras, formas de pensamentos, culturas e linguagens. Assim, a dominação se dá por completo. Este é o papel dos meios de comunicação: trabalhar para legitimar as ideias da sua classe. O comportamento coletivo é produto das influências midiáticas. Eis a importância da comunicação comunitária. Uma comunicação que vem de dentro para fora, é a favela por ela mesma. É a comunicação comprometida com a comunidade feita através da participação comunidade. Seu grande mérito está em possibilitar as comunidades expressar e expor seus problemas sem manipulação. É a democratização da comunicação e da informação, alternativa à grande mídia de massa. A comunicação comunitária ao enaltecer e valorizar a cultura local quebra a visão estereotipada das favelas como fábrica de miséria e violência imposta pela mídia hegemônica.⁹

4.2 O CIDADÃO

Em *O Espírito Comum*, Raquel Paiva afirma que o surgimento de um jornal comunitário em determinada comunidade pode ter diversas justificativas, que vão desde a necessidade de promover a circulação de informação para a comunidade até a divulgação de propostas e reivindicações (PAIVA, 2003: 161). Como este trabalho acadêmico tem como o objetivo analisar um acontecimento ocorrido na comunidade da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro, foi escolhido utilizar para análise de caso o jornal *O Cidadão*.

O jornal comunitário *O Cidadão* foi criado pela Organização Não-Governamental Centro de Estudos e Ações Solidárias (CEASM), fundado em 1988 por moradores e ex-moradores do complexo da Maré. O CEASM possuía diversas atividades com o objetivo de promover a cidadania dentro da comunidade, como por exemplo, cursos de pré-vestibular com altas taxas de aprovação

⁹ Disponível em: <http://ocidadaonline.blogspot.com.br/2013/08/a-favela-e-cidade-cidade-e-favela.html> Acesso em: 12/03/2014

em universidades públicas, se tornando um centro importante dentro da Maré, um complexo de dezesseis favelas: Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Parque Maré, Nova Maré, Nova Holanda, Rubens Vaz, Parque União, Conjunto Esperança, Conjunto Pinheiros, Vila do Pinheiro, Vila do João, Salsa e Merengue, Marcílio Dias, Roquete Pinto, Praia de Ramos, Bento Ribeiro Dantas, e Mancacaru. Esse complexo forma o maior conjunto de favelas na cidade do Rio de Janeiro, ocupando uma área de mais de oitocentos mil metros quadrados com cerca de 130 mil habitantes, segundo o censo da Maré de 2000. A ocupação do local começou a tomar impulso em 1940, com a inauguração da Avenida Brasil. Em 1988, o local foi decretado oficialmente um bairro da cidade, sendo em 1994 criada a Região Administrativa da Maré.

É importante compreender a história da comunidade para falar sobre o jornal O Cidadão. Durante os anos 40, com o desenvolvimento da indústria no Rio de Janeiro, a cidade recebeu muitos imigrantes nordestinos que buscavam trabalho e uma vida melhor. Esse imigrantes se estabeleciam em regiões desocupadas não utilizadas pela indústria imobiliária, como morros e áreas alagadas no entorno da Baía de Guanabara. A ocupação da área da maré se intensificou com a construção da Avenida Brasil, concluída em 1946. Durante os anos 60, houve uma nova ocupação da favela, com a revitalização da Zona Sul da cidade promovida por Carlos Lacerda, quando era governador do Rio. Esse projeto removeu moradores de favelas na região e os transferiu para habitações, que deveriam ser provisórias, na Maré. Em 1988, criou-se a 30 Região Administrativa da cidade, que incluía a comunidade, tornando a região um “bairro popular”

Em 2000, foi realizado o Censo Demográfico na região. Contestou-se que ela era, na época, o bairro mais populoso do Estado do Rio de Janeiro, com mais de 132 mil pessoas e 38 mil domicílios. Na época, 6,4% das crianças da comunidade estavam fora da escola, sendo que 2% realizava algum tipo de trabalho. Entre os adultos, a taxa de analfabetismo era de 7,9%. O Censo Maré de 2000 foi um marco histórico. Ele gerou a construção de um grande banco de dados no país sobre um conglomerado de favelas, possibilitando a produção de projetos, incluindo de planejamento público, para o local.

De março de 1999 até o ano 2000, ocorreu uma capacitação de moradores para desenvolver trabalhos jornalísticos. Jovens voluntários do curso de pré-vestibular escreviam as primeiras matérias. Em acordo com a editora local, Ediouro, o CEASM conseguiu e impressão de cinco mil exemplares mensais. Anos depois, com novas negociações, começaram a ser impressos 20 mil exemplares em formato de uma revista colorida bimestral de 24 páginas. A distribuição da publicação é gratuita em todas as comunidades da Maré, realizada em escolas, organizações sociais, associações de moradores e nas principais ruas. O jornal conta com 12 editorias principais: saúde; educação; segurança; cidadania; esporte; musical; perfil; cultura; memórias da maré; serviço;

abrindo o livro e entrevista. Em geral, quatro páginas internas são dedicadas à matéria principal da edição, que consta na capa. Essa matéria é sempre escrita pelo editor do jornal, e posteriormente aprovada por toda a equipe. Normalmente as matérias de capas têm como objetivo provocar reflexão no leitor sobre algum assunto importante para a comunidade.

O Cidadão surgiu com o princípio editorial mais básico de fortalecimento da identidade local dos habitantes. No site do jornal, o editorial afirma que “O termo mareense foi ‘inventado’ pelo jornal na ideia de fazer com que os moradores se sentissem parte da favela.” Outros objetivos são a valorização da cultura local. Algum tempo depois de sua criação, a linha editorial do jornal foi modificada, e passou a ter como foco principal para a defesa e garantia dos Direitos Humanos.

Uma linha semelhante a de outros veículos comunitários, como por exemplo, o Observatório das Favelas. Jailson de Souza e Silva, geógrafo e um dos fundadores, fala, em entrevista para o jornal O Globo publicada no dia 14 de julho de 2013, que é preciso orientar os moradores sobre seus direitos mais fundamentais. Para ele, um veículo comunitário deve garantir, por exemplo, que a segurança pública se torne um direito, e não uma ameaça, para os moradores das comunidades. É preciso, por exemplo, orientar os moradores a não aceitar a entrada da polícia em sua casa sem mandato judiciário.

5. O MASSACRE DA MARÉ

Para análise comparativa entre as duas publicações apresentadas acima, o objeto de estudo deste trabalho é a semana do dia 24/06/2013, por ter sido um momento significativo para os moradores do Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Na madrugada do dia 24 para o dia 25 de junho, o Batalhão de Operações Policiais Especiais, o Bope, realizou uma operação policial na comunidade Nova Holanda, na Maré. Segundo a PM, a operação se iniciou após uma manifestação em Bonsucesso, onde supostamente um grupo daquela região realizava assaltos. Ainda segundo os policiais, esse grupo fugiu da polícia para dentro da favela Nova Holanda, onde o sargento Ednelson Jerônimo dos Santos Silva foi morto durante uma troca de tiros.

De acordo com moradores, a morte de um integrante do Bope intensificou a violência dos policiais durante a ação. A operação resultou na morte de dez pessoas. Além do sargento Ednelson, nove moradores da comunidade morreram, sendo alguns deles menores de idade: Eraldo Santos da Silva, de 35 anos, Jonatha Farias da Silva, de 16 anos, Ademir da Silva Lima, 29, André Gomes de Souza Júnior, 16, Carlos Eduardo Silva Pinto, 23, Fabricio Souza Gomes, 26 anos, José Everton Silva de Oliveira, 21, Renato Alexandre Mello da Silva, de 39, e Roberto Alves Rodrigues.

Segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro¹⁰, a morte de civis não é algo incomum durante ações policiais. No ano de 2013, além dos nove civis vitimados durante o massacre, outras nove pessoas foram mortas por policiais militares em ação na região administrativa 22, que inclui o complexo da Maré, Benfica, Bonsucesso, Mangueiras, Higienópolis e Ramos. Em toda a cidade do Rio de Janeiro, 218 civis foram mortos por policiais militares em serviço.

Além das mortes, ocorridas na madrugada do dia 25 na Maré, moradores relatam que foram agredidos e tiveram suas casas invadidas e seus direitos violados pelos policiais do Bope. No dia 2 de julho de 2013, cerca de cinco mil pessoas se reuniram no Ato Ecumênico da Maré, que reuniu moradores da comunidade e de outras partes da cidade em memória aos mortos na operação, e em manifestação contra a falta de respeito do Estado com o morador da favela.

¹⁰ Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br> Acesso em: 02/03/2014

6. VIOLÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

O termo “*Cidade Partida*” foi utilizado por Zuenir Ventura num livro publicado em 1994, que conta a sua experiência passada em Vigário Geral, que havia recentemente passado por um acontecimento semelhante ao ocorrido em junho de 2014 no Complexo da Maré. Em agosto de 1993, um grupo de extermínio executou 21 moradores da comunidade. O autor relata a distancia das realidades sociais dos moradores da favela e do asfalto no Rio de Janeiro.

Assim como uma teoria da época anunciava a existência de ‘dois brasis’, um moderno e outro arcaico, um urbano e outro rural, já havia também dois Rios, mas as distâncias sociais pareciam menores. O mundo dos ricos e o mundo dos pobres se olhavam sem medo ou ódio (VENTURA 1994: 18)

No dia 24 de abril de 2012, o antropólogo baiano Antônio Risério fala sobre segregação sócio espacial, ou a “*Cidade Partida*”, afirmando ser um grande problema urbano.

O fascínio pelos projetos monumentais, o crescimento desenfreado, o medo da mistura, resultou na segregação sócio espacial que é hoje nosso grande problema urbano. A História nos ensina que as coisas não foram sempre assim. A cidade barroco-escravista brasileira agregava mais do que apartava, enquanto a moderna, dita democrática, é mais excludente do que foi a escravista, onde senhores e escravos dividiam espaços e se misturavam o tempo todo. A crise urbana atual se desenhou com clareza em meados do século passado, quando a população começou a deixar massivamente o campo e a ingressar em cidades segregadas que não estavam preparadas para recebê-la.

A segregação é apontada também pelo jornalista e professor do Instituto de Arquitetura do Sul da Califórnia Joel Kotkin, como um problema central das cidades. Ele analisa a formação das cidades desde a Babilônia até as metrópoles modernas, e analisa como o capitalismo revolucionou o espaço urbano imprimindo-lhe, ao mesmo tempo, imensas criatividade e desigualdade. Lidar com estes dois polos se mostra um dos grandes desafios de desenvolvimento urbano atual.

Risério revela que, o espetáculo da diversidade das pessoas, no espaço público, é que dá à cidade sua qualidade essencial. É no espaço público que aprendemos a interagir com estranhos a conviver com diferenças e a incorporar normas sociais básicas.¹¹

Em *Cidadania e Violência*, Gilberto Velho, professor de Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ, registra que houve vários debates, mas que nem sempre levaram a um consenso sobre a importância da pobreza e da desigualdade social para explicar o fenômeno da violência.

Para Velho, a modernização e o crescimento das grandes cidades, a expansão da economia de mercado, as migrações, a industrialização, a introdução de novas tecnologias e o florescimento de uma cultura de massas afetou seriamente o sistema de valores e as relações sociais. Não se trata de sentir nostalgia pela sociedade tradicional, mas de dizer que as mudanças afetaram profundamente os valores, e principalmente, as expectativas de reciprocidade. Embora a tensão social estivesse presente, mesmo nas grandes cidades como Rio e São Paulo, entre classes sociais

¹¹O Globo- Caderno Prosa e Verso 21 04 2012, pag. 01

diferenciadas as relações eram mais amistosas, dentro da lógica do clientelismo. “À medida que o individualismo foi avançando a impessoalidade foi gradativamente ocupando espaços antes caracterizados por contatos face-to-face, a violência física foi se rotinizando, deixando de ser excepcional para tornar-se uma marca do cotidiano”. (VELHO, 1996: 17).

Para Velho, outra questão que afeta a violência: a tensão e o ódio sociais. Um apelo ao consumo atinge outros setores da população levando os jovens à bandidagem por não se conformarem “com a vida pobre em vigoroso contraste com o consumo e riqueza que veem na televisão e na vida real, cujos excessos também contraíam a visão tradicional de reciprocidade”. (VELHO, 1996: 21). Para ele, apenas o Estado tem condições de lidar e coordenar esse movimento”. (VELHO, 1996: 22).

Ainda em 1993, quando Ventura começou a escrever *Cidade Partida*, o Rio de Janeiro sofreu com outro episódio de terrível violência: oito pessoas foram executadas enquanto dormiam na rua, em frente à Igreja da Candelária. No dia 27 de julho de 2013, o jornal *O Globo* publicou uma matéria relembrando o caso:

Quando nesta terça-feira o relógio marcar 23h43m, a execução de oito moradores de rua — entre eles uma criança de 11 anos e cinco adolescentes — nas cercanias de uma das mais imponentes igrejas do Rio terá completado 20 anos.¹²

Nota-se que na época, e ainda hoje, muitos jornais utilizaram o termo “menino de rua” ou “morador de rua” para relatar a chacina.

O professor de Antropologia de UFSC, Hélio R. S. Silva fala sobre o uso do termo “menino de rua”. Para ele, a expressão é considerada vazia, passando mais um sentimento de medo de que realidade. Silva explica que os meninos são muito diferentes e distintos, pessoas que passaram por um rompimento de um vínculo familiar e tiveram que ocupar a rua, temporária o permanentemente. “Logo, uns pedem, outros roubam, uns cheiram cola, outros brincam livremente, uns agridem, alguns, são capazes de matar, há os que querem voltar para casa e há o que não querem voltar para casa, etc.” (SILVA, 1996, p. 39). Apesar das grandes distinções entre ele, todos recebem uma única etiqueta: *menino de rua*. Para Silva, isso demonstra falta de conhecimento da rua:

“Nenhum repórter conhece mais a rua, o repórter de polícia não conhece a rua, o jornalista d’O Globo, do Jornal do Brasil trabalha com fragmentos que são organizados de uma forma extremamente irracional, caótica etc.” (SILVA, 1996: 253)

Marília Andrade da Rocha, uma das criadoras do projeto, *Se essa rua fosse minha*, fala sobre a vida na rua: os meninos e adolescentes chamados de meninos de rua estão ali porque fogem não de fantasmas, e sim de certos monstros bem palpáveis: casas pobres e feias, vida chata, vizinhança

¹² Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/apos-20-anos-os-culpados-da-chacina-da-candelaria-estao-livres-9118606> Acesso em: 23/01/2014

violenta, pais violentos, crime organizado. Eles estão morrendo em casa ou em suas imediações. “A Candelária não é uma exceção. Ao contrário: apenas materializa o requinte acintoso com que uma tradição de bastidores ganha palco e se proclama legítima” (SILVA, 1996, p. 40/41). Para Silva, existe uma guerra não declarada que envolve a todos .

Para Silva, a sociedade carioca transformou o menino pobre em “alemão”. Ele explica que o termo “alemão” é usual entre grupos de meninos e adolescentes para designar outros grupos diferentes dos seus. Segundo ele, violência e medo contaminam, e a violência gera medo e que ele descobriu nas ruas que medo também gera violência. Alessandro Baratta professor de Filosofia do Direito da Universidade de Saarbrücken, Alemanha afirma:

[...] a resposta ao problema da criminalidade e do medo só poderá ser efetiva, e não ilusória, se os cidadãos deixarem de serem expectadores dos meios de comunicação e da política como espetáculo para serem atores (BARATTA, apud SILVA, 1996: 45).

Para concluir Silva afirma que o sentimento de responsabilidade para com as crianças de rua e a produção coletiva de iniciativas poderá encontrar nos educadores de rua um elemento restaurador do fosso criado. O educador de rua pode ter o importante papel político de intermediar um diálogo interrompido .

Para Alba Zuluar, o Brasil sempre foi marcado pela ambivalência e ambiguidade. A sua mistura de raças, hibridismo cultural e sincretismo religioso é vista por algumas pessoas como uma marca de identidade, e por outras como um tipo de inferioridade racial, cultural e política. Zaluar afirma que nossa ambivalência só será desvendada quando considerarmos o cultural articulado ao institucional. A índole pacífica ou violenta do povo não pode ser entendida fora do contexto institucional e histórico. Para uma análise da violência no país, segundo Zaluar, é preciso considerar a violência da escravidão, a violência do cangaço a violência da virada do século da mudança do regime e também dos desordeiros e vadios de todas as capitais do país e não só do Rio de Janeiro. “Continuar a afirmar que a pobreza explica o crime significa também reforçar a opção preferencial pelos pobres que a polícia e a Justiça brasileiras já fizeram há séculos” (ZALUAR, 1996, p. 57).

7. VIOLÊNCIA NA MARÉ E SUAS PERSPECTIVAS

Após uma breve análise dos conceitos dos segmentos jornalísticos analisados, o jornalismo popular e o jornalismo comunitário, e de situar a comunidade da Maré no Rio de Janeiro, nessa parte do trabalho será feito o estudo do discurso das matérias divulgadas pelos veículos comparando as suas matérias sobre o episódio de violência no Complexo da Maré em junho de 2013.

Para Fairclough (1992), a análise do conteúdo de um discurso deve ser feita de forma interdisciplinar:

A análise de discurso deve ser idealmente um empreendimento interdisciplinar. Tal afirmação decorre da concepção de discurso que eu venho defendendo, a qual envolve um interesse nas propriedades dos textos, na produção, na distribuição e no consumo dos textos, nos processos sociocognitivos de produção e interpretação dos textos, na prática social em várias instituições, no relacionamento da prática social com as relações de poder e nos projetos hegemônicos no nível social. Essas facetas do discurso coincidem com os interesses de várias ciências sociais e humanistas, incluindo a linguística, a psicologia e a psicologia social, a sociologia, a história e a ciência política. (Fairclough, 1992: 283)

Considerando que o objetivo desse trabalho é descobrir se os segmentos cumprem com seus objetivos jornalísticos relacionados ao interesse público ou comunitário, será feita uma breve análise para criar um panorama sobre o caráter das respectivas matérias. Para a análise, serão utilizados alguns conceitos introduzidos por Fairclough em *Discurso e Mudança Social*.

Um deles é o de interdiscursividade, que parte do princípio que cada enunciado é um elo em uma cadeia de comunicação: eles são moldados por textos anteriores e moldam os subsequentes. Outra face importante é a procura de pressuposições que podem estar sendo sugeridas no texto, e se elas possuem caráter manipulativo, além das condições da prática discursiva: como aquela matéria foi escrita?

Quanto ao texto propriamente dito, Fairclough chama atenção para a importância dos conectivos que unem orações e períodos, pois essa informação é relevante para perceber sua estrutura e modo de argumentação. Outros aspectos gramaticais são a verificação da transitividade, e se ela favorece vozes participantes no discurso, e o significado das palavras escolhidas: algumas palavras-chaves possuem um significado cultural geral? Existem significados outros potenciais para a mesma palavra?

E finalmente, o *ethos*, as características do texto que vão em direção à construção do *eu*, da identidade social, ou como a linguagem é empregada para constituir a subjetividade dos participantes das interações.

7.1 Notícias do Extra

Na tarde do dia 25 de junho de 2013, O *Extra* deu uma matéria com o título “Bope apreende

drogas e armamento na Nova Holanda”¹³, relatando os acontecimentos da última madrugada. Fica claro que o discurso da notícia não considera as mortes de um sargento e oito civis uma informação de extrema importância, uma vez que ela não é apresentada nem no título nem no *lead* do texto:

Cerca de 400 homens do Batalhão de Operações Especiais (Bope) participaram da operação na favela Nova Holanda, no Complexo da Maré, na manhã desta terça-feira, para coibir a ação do tráfico de drogas na área. No local, os agentes apreenderam maconha, cocaína, haxixe, ecstasy, crack e cheirinho da loló. As drogas foram apreendidas em três casas e dentro de um veículo na comunidade.

As nove mortes são mencionadas somente no final do texto, com a seguinte frase: “Numa troca de tiros com traficantes, um sargento do Bope morreu. Outras oito pessoas também morreram.” Algumas expressões utilizadas como “coibir a ação do tráfico” e “agentes”, no lugar de “policiais”, evidenciam que, na notícia, há uma mistura entre a linguagem típica do meio policial, com a qual tive contato durante minha experiência na TV Bandeirantes, e a linguagem jornalística. Essa mescla evidencia o conceito de intertextualidade elaborado por Bakhtin (apud FAIRCLOUGH ANO: 133), que destaca como todos os textos e enunciados são moldados por enunciados e textos anteriores:

Nossa fala... é preenchida com palavras de outros, variáveis graus de alteridade e variáveis graus do que é de nós próprios, variáveis graus de consciência e afastamento. Essas palavras de outros carregam com elas suas próprias expressões, seu próprio tom avaliativo, o qual nós assimilamos, retrabalhamos e reacentuamos (BAKHTIN apud FAIRCLOUGH ANO: 134)

Bakhtin também ressalta a relação entre hegemonia e intertextualidade. Para Fairclough (1992), a transformação do discurso é necessária para reestruturar as convenções existentes de maneira contra-hegemônica. Porém, junto com a apropriação da linguagem vem também a assimilação do discurso anterior, o discurso policial, e seus valores. Essa apropriação claramente alterou o senso de valor-notícia previamente existente, já que, no texto, a apreensão de drogas se tornou mais importante que a morte de nove pessoas.

É importante ressaltar que as condições de produção textual também podem afetar seu modelo final, como ressaltado com Fairclough (1992) sobre *Condições da Prática Discursiva*. É possível que a matéria em questão tenha sido produzida muito rapidamente para cumprir a proposta de “agilidade de informação” definida nos princípios editoriais do *Extra*, usando apenas como fonte apenas um contato com a própria polícia, sem dialogar com outras testemunhas do fato noticiado. Por isso, para cumprir a proposta editorial de “agilidade”, o repórter acaba abrindo mão de outros princípios como imparcialidade e responsabilidade com a informação divulgada.

Um grande problema no texto é a maneira como o mesmo situa as oito pessoas mortas

¹³ Disponível em: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/bope-apreende-drogas-armamento-na-nova-holanda-8807817.html>. Acesso em 16/05/2014

durante a operação. Elas não são identificadas, nem mencionadas anteriormente, ou localizadas/relacionadas com o fato que está sendo noticiado. Isso cria uma tendência de haver um pressuposto de que elas estariam envolvidas com as outras informações divulgadas anteriormente: a apreensão de armas e drogas.

Em *Discurso e mudança social*, Fairclough define o conceito de *ethos*, afirmando:

A questão *ethos* é intertextual: que modelos de outros gêneros e tipos de discurso são empregados para constituir a subjetividade (identidade social, 'eu') dos participantes de interações (FAIRCLOUGH 1992: 207)

Na matéria do *Extra*, o modelo de *ethos* é muito próximo ao discurso policial, e muito distante do discurso do morador da comunidade. Essa distancia faz com que o morador da localidade perceba uma desconexão entre sua realidade e aquela apresentada no veículo de comunicação criando a necessidade de uma mídia alternativa, como visto no capítulo 4.

Já no capítulo 2, vimos a relação dialética entre discurso e estrutura social: ao mesmo tempo que a estrutura social é tanto uma condição quanto um efeito do discurso, o último é moldado e restringido pela estrutura social. (Fairclough 1992: 91).

Para Raymond Williams (apud Fairclough 1992: 230), tanto produtores quanto intérpretes de textos se deparam com o que ele chama de *grupos* de palavras e significados. Nesses grupos, as palavras não possuem significado isolado. A relação entre palavra e significado é de muitos-para-um e não de um-para-um. Ou seja: palavras possuem diversos significados, e significados podem ser expressados por uma variedade de palavras. Tendo em vista esses dois conceitos, acho importante refletir sobre o uso de grupos de palavras tipicamente usadas no meio policial e em boletins de ocorrência na matéria do *Extra*.

No artigo *Favela, bairro ou comunidade?*¹⁴ a antropóloga Leticia de Luna Freira afirma que as favelas do Rio de Janeiro, apesar de serem uma grande contribuição econômica, política e cultural para a cidade, ainda são muito percebidas como espaços indesejáveis. Segundo a antropóloga, a favela é vista como um objeto transmissor de violência e criminalidade. Por isso, quando o *Extra* usa o termo *favela* em sua matéria, ele não está apenas localizando o leitor ou descrevendo a situação da notícia. Ele também está atribuindo a ideia de que violência, criminalidade, e, por consequência, morte, são significados intrínsecos daquele local.

Em 1993, o jornalista Zuenir Ventura publicou um livro intitulado *Cidade Partida*. Nele, o autor retrata a cidade do Rio de Janeiro no ano em que um grupo de extermínio assassinou 21 pessoas na favela de Vigário Geral. Ventura narra duas realidades distintas na mesma cidade: a dos bairros, e a das favelas, onde a vida não possui o mesmo valor e violência é uma experiência

¹⁴ Disponível em: <http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/Dilemas2Art4.pdf>. Acesso em: 16/05/2014

comum.

O termo *Cidade Partida* pode também ser aplicado, com mesmo significado, no artigo Também somos o chumbo das balas¹⁵, no qual a jornalista Eliane Brum relata o episódio de violência na Maré:

Você está na sala assistindo à TV. Ou está no restaurante, com seus amigos. Ou está voltando para casa depois de um dia de trabalho. Você ouve tiros, você ouve bombas, você ouve gritos. Você olha e vê a polícia militar ocupando o seu bairro, a sua rua. É difícil enxergar, por causa das bombas de gás lacrimogêneo, o que aumenta o seu medo. Logo, você está sem luz, porque a polícia atirou nos transformadores. O garçom que o atendia cai morto com uma bala na cabeça. O adolescente que você conhece desde pequeno cai morto. Um motorista está dirigindo a sua van e cai ferido por um tiro. Agora você está aterrorizado. Os gritos soam cada vez mais perto e você ouve a porta da casa do seu vizinho ser arrombada por policiais, que quebram tudo, gritam com ele e com sua família. Em seguida você vê os policiais saírem arrastando um saco preto. E sabe que é o seu vizinho dentro dele. Por quê? Você não pergunta o porquê, do contrário será o próximo a ser esculachado, a ter todos os seus bens, duramente conquistados com trabalho, destruídos. Se você está em casa, não pode sair. Se você está na rua, não pode entrar.

O que você faz?

Nada.

Você não faz nada porque não aconteceu com você. Você não faz nada especialmente porque se sente a salvo, porque sabe que não apenas não aconteceu, como não acontecerá com você. Não aconteceu e não acontecerá no seu bairro. Isso só acontece na favela, com os outros, aqueles que trabalham para você em serviços mal remunerados.

Tendo em vista o discurso da matéria como analisado acima e o relato de Brum, acho válido questionar: se as pessoas tivessem morrido em um local que não tivesse seu significado associado à violência, a inversão do uso do valor-notícia que deixa a informação sobre as mortes no final da matéria teria passado despercebido?

Ainda no dia 25 de junho, o Extra publicou uma matéria mais completa sobre a operação. Essa matéria foi escrita, originalmente, para O Globo, jornal de referência das Organizações Globo com público-alvo definido para as classes A e B. O título da matéria era “Operação no Complexo da Maré deixa pelo menos oito mortos”¹⁶. Ao contrário da matéria anterior, essa traz, tanto no *lead* quanto no título, a informação de que oito pessoas morreram durante a operação:

Pelo menos oito pessoas morreram em uma operação que a polícia realiza desde a noite desta segunda-feira na Favela Nova Holanda, no Complexo da Maré, na Zona Norte da cidade. Segundo uma lista divulgada pelo Hospital Federal de Bonsucesso, quatro pessoas ainda não identificadas, que deram entrada na unidade nesta terça-feira, não resistiram aos ferimentos.

¹⁵ Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2013/07/tambem-somos-o-chumbo-das-balas.html>. Acesso em: 16/05/2014

¹⁶ Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/operacao-no-complexo-da-mare-deixa-pelo-menos-oito-mortos-8803436.html>. Acesso em 16/05/2014

Outras três atendidas no hospital na segunda, entre elas um morador, também morreram. Segundo a PM, seis dos oitos mortos são suspeitos de envolvimento com o tráfico de drogas. A oitava vítima é um sargento do Bope, que foi atingido durante confronto após um arrastão. De acordo com o jornal "Extra", no entanto, outro suspeito teria morrido nesta terça-feira em uma viela. Com isso, o total de óbitos pode chegar a nove.

Para analisar o texto, é preciso pensar sobre suas condições de produção. Sua leitura torna claro que há um grande distanciamento entre o repórter e a realidade vivida pelo morador da Maré. Nota-se que o texto foi produzido baseado em informações fornecidas por instituições: a Polícia Militar e o Ministério da Saúde, responsável pelo hospital para onde foram levadas as vítimas. A apuração, feita através dessas duas instituições, compromete o relato do que realmente aconteceu dentro daquela comunidade, já que a própria instituição que fornece as informações para o repórter está profundamente e diretamente envolvida nos acontecimentos e nas mortes. Uma falha na prática jornalística, vivenciada por mim durante minha experiência de trabalho, é a atribuição de uma certa credibilidade a informações passadas através de instituições. É comum que o relato direto de uma testemunha tenha menos valor que a informações dadas por instituições. Na matéria, informações apuradas com tais instituições são prontamente tomadas como verdade, enquanto as fornecidas por testemunhas locais são colocadas do texto de maneira que evidencie a fala como uma segunda voz não pertencente ao jornal/repórter, como no trecho que diz: “Moradores que não quiseram se identificar relatam que o cenário na comunidade é de guerra, com parte do comércio e escolas fechados. Pelas redes sociais, moradores contam ainda que estão sem luz e telefone”. Já as informações de instituições são mencionadas diretamente: “Na operação, seis criminosos foram presos e um menor, apreendido”. Por isso, está presente, na notícia, o mesmo fator de intertextualidade descrito na matéria anterior, com assimilação do discurso do texto de origem. Isso é evidenciado quando, no *lead*, noticia-se que “Segundo a PM, seis dos oitos mortos são suspeitos de envolvimento com o tráfico de drogas”.

Essa informação cria uma pressuposição de validação à política de segurança pública de extermínio de criminosos, contrária à constituição brasileira. Esse tipo de pressuposição, em um jornal popular, é particularmente danoso à sociedade, já que esse segmento tem forte influência no processo de formação de opinião pública na população de baixa escolaridade e renda, como explica a professora Sylvia Debossan Moretzsohn em seu artigo *Os mortos os bons e os maus*¹⁷, publicado no *Observatório de Imprensa*:

Jornais populares desempenham historicamente esse papel de formação de opinião entre o público de baixa escolaridade e renda, especialmente a partir de seu noticiário sobre crime, reiterando estereótipos que ajudam a consolidar a crença na separação entre os bons e os maus e, por consequência, a apoiar políticas de segurança de extermínio dos criminosos. Políticas que, frequentemente, vitimam esse mesmo público, porque, afinal, estão voltadas para a repressão aos suspeitos de sempre, desde os tempos da escravidão.

¹⁷ Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed712_os_mortos_bons_e_os_maus. Acesso em: 16/05/2014

A professora cita como exemplo o jornal popular Meia Hora, que costuma usar metáforas e fazer piadas em suas capas como forma de dramatizar a realidade, tornando-a atrativa ao leitor. Isso acontece devido ao processo de comodificação do jornalismo (FAIRCLOUGH, 1992: 255), ou seja a transformação da instituição da mídia, que deveria trabalhar em prol da sociedade, em mercadoria. O jornal passa a trabalhar visando o lucro, e não o bem-estar social. A capa se transforma em “vitrine” de venda. Isso é ainda mais agravado nos jornais do segmento popular, uma vez que maior parte de sua arrecadação é na venda diária, diferentemente dos chamados “jornais de referência”, que têm boa porcentagem de rendimentos de publicidade e assinaturas. Um exemplo de Moretsohn é a manchete do Meia Hora do dia 20 de janeiro de 2012. Noticiando que quatro pessoas haviam morrido durante uma operação do Bope na favela de Mandela, em Manguinhos, na Zona Norte do Rio de Janeiro, no mesmo dia que o Batalhão completava 34 anos, o Meia Hora usou como chamada de capa *Bope faz aniversário e apaga quatro*, com a imagem de quatro velas correspondentes aos suspeitos de tráfico mortos, e balões com a imagem de quatro velas correspondentes aos traficantes mortos, e balões de festa pretos com o símbolo do Bope.

Também é necessário analisar a coesão textual: que tipo de conectivos são usados nas orações e como eles influenciam na estrutura argumentativa do texto. A primeira frase do *lead*, por exemplo, é uma oração subordinada objetiva direta. Com o uso desse tipo de subordinação, afirmamos que as mortes ocorreram durante a operação policial realizada pelo Bope, sem estabelecer uma relação causal entre os dois fatos. Nota-se também que, em todo o texto, apenas a morte de Ednelson Jeronimo, sargento do Bope, é atribuída a alguém: o texto afirma que o suspeito de matar o policial, Edvan Ezequiel Bezerra, ou Ninho, foi preso durante a ação. A responsabilidade pelas mortes dos moradores, em todo o texto, não é atribuída ao Bope em nenhuma parte do texto. É dito somente que as mortes ocorreram durante o “confronto” ou “troca de tiros”. A relação se repete na frase “Tiroteio logo após arrastão deixa PM e morador mortos”. A expressão “deixar morto” é pouco usual na língua portuguesa, e parece ter um efeito suavizador em comparação com o simples e direto “mata”. Na oração, a escolha de um sujeito despersonalizado (*tiroteio logo após arrastão*) não explicita de quem é a responsabilidade por um ocorrido. Para Trew (apud Fairclough ANO: 225), a orientação política de um jornal determina a escolha de tipos de processo para significar mortes. Ele usa como exemplo fatalidades ocorridas durante manifestações políticas na África do Sul. Ele relata que certas tragédias, como guerras, desemprego, declínio industrial e acidentes em fábricas são descritos de uma maneira a insinuar que eles apenas ocorrem, como se fossem inevitáveis, ao invés de descrevê-los como ações com agentes responsáveis.

Ao se analisar o *ethos*, percebe-se na notícia que, implicitamente, são constituídas duas identidades sociais distintas na realidade que a notícia se coloca: uma do repórter, policial, leitor, e

outra do morador favela. Isso fica claro quando, no final da notícia, para situar o leitor sobre a realidade daquele local, o repórter descreve o complexo da Maré como uma “região dominada pelo tráfico de drogas”:

Cortada por duas das principais vias expressas da cidade — a Avenida Brasil e a Linha Vermelha —, a região é passagem obrigatória do turista que deixa o Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão) rumo ao Centro e à Zona Sul. Dominada pelo tráfico de drogas, o Complexo da Maré é conhecido também por reunir usuários de crack. Agentes da Secretaria municipal de Assistência Social vêm realizando operações sucessivas para acolher dependentes. No dia 19 de fevereiro deste ano, a prefeitura fez, pela primeira vez, internações involuntárias de adultos dependentes de crack. No entanto, a prefeitura não tem obtido muito sucesso, porque os usuários de crack permanecem circulando na região do Parque União. É comum flagrá-los se arriscando na travessia da Avenida Brasil, que é de alta velocidade, para fugir dos agentes. Em janeiro, uma criança de 10 anos morreu atropelada próximo à favela Nova Holanda ao fugir de equipes da prefeitura que realizavam uma operação para reprimir uma cracolândia.

Apesar de ser importante situar o leitor no local do ocorrido, o repórter é extremamente reducionista e falha em retratar a Maré para o leitor. Apesar do consumo e venda de drogas serem um problema no local, já que esses problemas envolvem uma fração, e não a totalidade ou maioria dos moradores do local. O trecho também é superficial em tratar os dois assuntos ao transformar pessoas com os mais variados graus de subjetividade em “traficante” e “usuário de crack”.

7.2 Notícias do Cidadão

A primeira manifestação do jornal comunitário O Cidadão sobre a ação policial do Bope aconteceu através do Facebook, enquanto ela ainda ocorria. Ao contrário do Extra, que privilegiava o uso da informação fornecida por instituições, O Cidadão pedia para que os próprios moradores mandassem informações através da rede social. O primeiro post, do dia 24 de junho de 2013, dizia o seguinte:

Nas favelas da Maré, as balas não são de borracha! Faz mais de 1 hora que moradores presenciam e escutam muito tiro em mais de 4 favelas do Complexo. A Repressão sempre existiu e a violência também! Gás lacrimogêneo nas ruas e pessoas sem poder sair dos comércios e escolas da Maré. Até quando? Queremos paz!!!¹⁸

Em pouco tempo, um leitor e morador da comunidade responde, informando que viu duas pessoas feridas próximo de casa, em Nova Holanda. A primeira frase usa como referência notícias publicadas anteriormente sobre diversas manifestações ocorridas naquele período por todo o Brasil. Nelas, a população criticava a ação violenta da Polícia Militar, que usava armas não letais para reprimir manifestantes. Para a realidade da favela, a violência da PM não era nenhuma novidade, e ainda agravada, uma vez que as armas utilizadas em operações policiais são letais, e usadas, frequentemente, com intenção de matar. O vínculo da notícia com a identidade pessoal do leitor é extremamente forte: percebe-se que o veículo trabalha com a comunicação produzida pelo habitante

¹⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/jornalocidadao.comcom?fref=ts>. Acesso em: 16/05/2014

e para o habitante da Maré pelo uso da primeira pessoa do plural, algo muito raro na mídia tradicional.

No dia seguinte, também pelo Facebook, o jornal convocou moradores para um encontro com entidades de direitos humanos, que receberiam denúncias sobre arbitrariedades ocorridas durante a ação policial:

Instituições locais, em conjunto com entidades de direitos humanos, convocam a população a estar às 15h em frente ao Observatório de Favelas (Rua Teixeira Ribeiro, 535 - próximo à passarela 9 da Av. Brasil). O Conselho de Direitos Humanos, o Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública e a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj participarão da manifestação para receberem denúncias sobre as arbitrariedades cometidas na ação policial.¹⁹

Esse convite demonstra que o jornal comunitário, diferentemente daqueles que funcionam sob lógica do mercado, cumpre com seus princípios editoriais baseados na busca pelos direitos básicos do exercício de cidadania e direitos humanos para os moradores da comunidade.

No jornal O Cidadão, em sua versão online, a primeira publicação sobre o tema aconteceu três dias após o ocorrido: o morador Josinaldo Medeiros conta, de seu ponto de vista, como é a experiência de ter vivido um massacre. O texto funciona mais como uma forma de expressão, escrito em primeira pessoa sem utilizar uma estrutura jornalística padrão, o que não prejudica seu caráter informativo:

Eu sou da Maré. Nascido na Maré. Sou ponto turístico. Eu não falo o português correto, meus amigos são a corja da sociedade e nenhum deles possui peito de aço. Embora alguns deles tenham armas calibre 88 prontos pra morrer e estejam participando de uma guerra que já dura muito tempo.

Eu tenho pés, pernas, braços, peito e coração. E ainda tenho que sorrir quando enfrento a multidão. Também sinto saudades, tais como da Joana que morreu após um tiro matar sua única filha chamada Esperança.

Vento e poeira, modo reflexivo. A favela não dorme, é calada, sufocada. Faroeste dos aflitos, veste a farda e tira a fralda, sem querer fui engajado, sem querer me humilharam. E ninguém sabe, e ninguém viu. É o preço que se paga pra não matarem a puta que me pariu.

Todos de preto, usam gandola, burucutu, faca na boca, revólver 38, coturno, algemas descartáveis, munições especiais e 6 carregadores de pistolas, fuzil 7,62 mm, coldres táticos, um bastão retrátil e estão prontos pra guerrear... Pássaro blindado. Dinossauros do futuro. Mosca morta sem pensar.

Ouçõ tudo pelo telefone celular e a midiahipocrisia insiste em enfatizar que a favela é violenta, foda-se quem mora lá. Me dá um ódio. Me dê um ópio!

Fundo do poço. Quase morro. Comercial.

Tum-tum-tum! Pá! Pum! Pá! Pum! Bláaaa! Bláaaa!

Denunciar? Nem pensar, isso é cultura popular. Então deixa os hõmi entrar, pacificar, esculachar e depois virar heróri?! Melhor se demitir, aqui bandido somos nós.

Gentes do morro, tudo enlatado. Nome vulgo, raça do caralho. Os ditos massa. Guerra covarde, terceiro mundo e ainda dizem que é evolução. Tudo é questão de pá e enxada.

Nem Fome Zero, nem Bolsa Família o que me deram foi meia dúzia de balas perdidas. Meu santo forte é de madeira, nem se mexe pra não dar bandeira. Dinheiro curto, trabalho incerto.

E o povo grita, suplica, tenta se organizar. A repressão bate na porta. Mas prometemos que não vamos recuar. Resistiremos. Tipo Romênia. Tipo Colômbia. E que caíam por terra todos os dominadores deste tempo! Por um complexo da Maré livre!

Porque a guerra é armada, a luta conceitual e a batalha não está perdida!

Chega de guerra na Maré quero voltar pro Cabaré!

¹⁹ Idem

Mas quem vai me ouvir? Digam aí.
E ó, avisa pra geral: aqui é o cria do Pinheiro!²⁰

O discurso é bem distante do discurso maniqueísta da mídia tradicional, que, como exemplificado por Moretzsohn, separa as vítimas da favela em “traficantes” e “inocentes”. Todas as características da notícia vão em direção à construção do eu, da identidade social que foi negada ao morador da Maré nas notícias da mídia tradicional que descreviam a comunidade como “região dominada pelo consumo e tráfico de drogas”.

Uma característica marcante é o intenso uso de metáforas. Para Fairclough (ANO), a metáfora, apesar de ser comumente considerada como uma ferramenta da linguagem literária, também tem muita relevância para outros tipos de linguagem. Metáforas não são apenas adornos de estilo superficiais em um discurso. Para o autor:

Quando nós significamos coisas por meio de uma metáfora e não de outra, estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra, As metáforas estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, e nosso sistemas de conhecimento de crença, de uma forma penetrante e fundamental (Fairclough Ano: 241)

E é exatamente essa construção de realidade, que mostra a maneira de agir, pensar, e os sistemas de conhecimento e crença do morador da Maré que Josinaldo tenta expressar, construindo o que Fairclough chama de *ethos*.

Ainda no início do texto, Josinaldo fala de seus amigos: alguns deles estão envolvidos no que ele descreve como “guerra”, mas, embora possuam armas, não têm peito de aço. Ele personifica a favela como ser humano, afirmando que o local é “calado” e “sufocado”, o que indica uma dificuldade de expressão para a comunidade, que não consegue assimilar o discurso da mídia tradicional, o que é exemplificado no segundo parágrafo quando Josinaldo afirma que “a midiahipocrisia insiste em enfatizar que a favela é violenta, foda-se que mora lá.” Ele ainda relata o cotidiano do morador da favela: sofre humilhação de policiais que deveriam protegê-lo, a baixa renda, a insegurança do trabalho, e sobretudo a repressão causada pela falta de voz: “Mas quem vai me ouvir?”.

A versão impressa do jornal saiu apenas em setembro de 2013, muito depois do ocorrido. Uma página da publicação era destinada a uma matéria sobre o episódio. Para ilustrá-la, um pomba branca simbolizando a paz foi usada no alto da página.

A Maré, há mais de dois meses vêm sofrendo constantes ações violentas da secretaria pública de segurança. No mês de abril as oito escolas municipais de todo o conjunto de favelas foram fechadas. Além dos postos de saúde que ficaram dias sem funcionar.

Em uma ação, foram invadidas várias casas, entre as quais a do fotógrafo, cadeirante e morador da Nova Holanda Bira Carvalho, um dos mais antigos e mais respeitados profissionais da comunicação na Maré. Ele junto ao professor de Geografia, Bruno

²⁰ Disponível: <http://ocidadaonline.blogspot.com.br/2013/06/relato-sincero-sobre-nossa-realidade.html>. em 16/05/2014

Paixão, que também teve a casa invadida, levaram os casos até a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), no dia seguinte da operação. E, por isso, ficou decidido entre eles e os integrantes da Comissão que os moradores que reclamaram de tais ações teriam a partir desta conversa proteção especial.

Para F.R., moradora da Nova Holanda, de 25 nos, que preferiu não se identificar, expõe o seu sentimento de revolta diante de tais ações “O sentimento é de humilhação, de impotência. Quem deveria nos proteger, nos maltrata e nos deprecia. Parece que para os governantes, os moradores de favela são desprezíveis, indignos, logo não merecem respeito”, disse. F. Afirma também que “na maioria das vezes essas práticas são desastrosas. Eles entram xingando, humilhando e atirando a esmo., atirando para todos os lados sem nenhum tipo de cuidado e responsabilidade com a nossa vida” conclui a moradora.

N.O. Moradora do Morro do Timbau, que também preferiu não se identificar, é mãe de três crianças e ela também se diz revoltada com as invasões que conseqüentemente fazem as escolas ficarem fechadas por semanas. “se as nossa crianças são o futuro do Brasil, como os nossos governantes estão aqui na favela fazendo isso? Somos cidadãos, já estamos cansados disso. Minhas filhas ficaram mais de uma semana sem aula. Em um dos dias que teve tiroteio eu estava a caminho do trabalho, recebi uma ligação da escola dizendo que não haveria mais aula e tive que voltar correndo para buscar minhas filhas porque elas não iriam mais ter aula” conclui.²¹

Na matéria percebe-se que, ao contrário do jornal de referência, que busca as informações e transmite um discurso através da voz de instituições, uma delas envolvida diretamente no caso, O Cidadão procura transmitir o que o morador local sofreu com a ação da Polícia Militar. Além de terem suas casas invadidas e serem desrespeitados por quem deveria proteger, e não afrontar o cidadão, o fechamento de escolas atrapalha a vida do dia a dia local. Tipos de informação que só seriam detalhadas e conseguidas nessa visão mais micro, mas não na visão macro e fria de uma instituição que fornece números sobre a quantidade de vítimas. Nela também é perceptível que as características do texto interagem e falam pelo morador da comunidade, contribuindo para a construção de sua identidade social construindo a subjetividade dos participantes no ocorrido, e falando à favor do respeito de seus direitos humanos, exatamente como proposto pela linha editoria da publicação.

7.3 O Extra e O Cidadão

O jornal Extra define, em seus princípios editoriais, que seu papel é transmitir notícias e conhecimento sobre fatos e pessoas baseados na realidade. Para as Organizações Globo, essa transmissão deve ser feita sob três parâmetros de qualidade principais: a isenção, a correção e a agilidade.

Desses parâmetros, o único cumprido integralmente é a agilidade, uma vez que, nas matérias analisadas, a publicação falhou em comunicar ao grande público as informações de maneira adequada e significativa. A visão transmitida sobre a comunidade da Maré está em desacordo com a

²¹ Disponível em: <http://issuu.com/cidadaodamare2013/docs/ocidadao-fechado>

realidade do local, e o distanciamento promovido entre o morador da favela e o “resto” da população serve como argumento de validação para políticas de segurança pública que ferem a próprias constituição brasileira. Como visto anteriormente, o jornal popular, por ser influente na formação de opinião pública, necessita agir com extrema cautela por causa das possíveis repercussões de suas publicações.

Já O Cidadão surgiu com o princípio editorial diferente: o fortalecimento da identidade local dos habitantes, além da valorização da cultura local e a defesa e garantia dos Direitos Humanos. Nota-se que as matérias do Cidadão acabam funcionando de maneira que cobre as falhas, o que foi identificado como ausente na cobertura da mídia tradicional, que é aproximação com a realidade do morador. Quando a mídia dita tradicional nega voz aquela comunidade, ela busca formas alternativas de se expressar.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que busquei empreender por meio desta monografia tinha por fim meditar, de maneira crítica, sobre a prática do jornalismo popular e do jornalismo comunitário no Rio de Janeiro. Considero um tema bastante extenso e muito complexo, já que não envolve somente o jornalismo em si, mas características da sociedade carioca e brasileira. O que se percebe no final do trabalho é que, considerando o caráter constitutivo do discurso, imparcialidade no jornalismo é um mito. Porém, veículos que tem o perfil de promover comunicação entre as classes mais populares, por possuírem uma grande capacidade de promover justiça e melhorar a sociedade, além de seu grande poder de formação de opinião pública, devem ter constante preocupação com os possíveis questionamentos que as notícias publicadas podem provocar.

Também é preciso pensar como jornais “populares” representam as classes mais populares: o repórter tenta compreender as complexidades daquela realidade ou é influenciado por preconceitos na construção de matérias superficiais? Nesse aspecto, o jornalismo comunitário cumpre muito mais o seu papel de dar voz à uma população que o jornalismo que se chama de “popular”, pois vai além do papel de informar, atuando na formação de identidade de uma determinada comunidade e tendo preocupações sócio-educacionais naquela região.

É preciso também pensar sobre a função política dos leitores dos dois segmentos do jornalismo: a participação da democracia ocorre de maneira mais eficaz quando as pessoas estão bem informadas.

Considerando o importante papel social dos dois nichos do jornalismo, é fundamental que a comunicação popular seja pensado como uma questão social. Acredito que as demandas desse tipo de comunicação exigem um trabalho acadêmico de complexidade muito maior que o apresentado aqui. Assim sendo, acredito que ele não está finalizado, pois pode ser melhor desenvolvido com mais tempo e aprofundamento em um programa de pós-graduação.

Referências bibliográficas

AMARAL, Marcia. *Jornalismo popular*. São Paulo: Contexto, 2011.

LAGE, Nilson. *Estrutura da Notícia*. São Paulo: Editora Ática, 1987

VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Cia das Letras, 2002

BRIGGS, Asa & BURKE, Peter. *Um História Social da Mídia*. São Paulo: Zahar, 2004

VELHO, Gilberto & Alvito, Marcos. *Cidadania e Violência*. São Paulo. Editora UFRJ. 1996

BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

BAUMAN, Zygmunt. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

PAIVA, Raquel. *O Espírito Comum*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília. Editora UNB, 2001.

MEDEIROS, Dérika, *O popular em perspectiva: a comunicação comunitária e sua inserção em um projeto de transformação social*. Trabalho apresentado no DT 7– Comunicação, espaço e cidadania do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de julho de 2013

PERUZZO, Cicília. *A comunicação no desenvolvimento comunitário e local, com cibercultur@*. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do XXI Encontro da Compós, na Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, de 12 a 15 de junho de 2012.

Websites

http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed796_jornalismo_de_centavos_sensacionalismo_e_cidadania

<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2012/resumos/R30-1785-1.pdf>

http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed712_os_mortos_bons_e_os_maus

<http://www.unifra.br/professores/rosana/Cicilia+Peruzzo+.pdf>

<http://extra.globo.com/>